

Sumário

Introdução – O desafio filosófico e jurídico da Bioética e o paradigma personalista da dignidade humana	1
--	----------

Victor Sales Pinheiro

Mário da Silva Ribeiro

PARTE I

A QUESTÃO FILOSÓFICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

1. Tomás de Aquino e a razão natural dos direitos humanos: pessoa e bem comum	23
---	-----------

Elden Borges Souza

Victor Sales Pinheiro

1. Introdução.....	23
2. A concepção tomista do direito e da lei	24
3. A insuficiência do positivismo para os direitos humanos.....	29
4. Uma proposta de fundamentação em Tomás de Aquino.....	34
5. Conclusão.....	39
6. Referências	40

2. Pessoa e reconhecimento: uma análise estrutural da dignidade da pessoa humana....	43
---	-----------

Luis Fernando Barzotto

1. Introdução.....	43
2. A pessoa humana.....	45
2.1. Preliminares	45
2.2. A pessoa, ser em si	45
2.3. A pessoa, ser com outrem	49
2.4. A pessoa, ser para si	50
3. O reconhecimento	53

3.1. Preliminares	53
3.2. Reconhecimento e dignidade	53
3.3. Reconhecimento e epistemologia: a pessoa como mistério	54
3.4. Reconhecimento e ética: a pessoa como absoluto	57
3.5. Reconhecimento e ontologia: a pessoa como sagrado.....	61
3.6. Reconhecimento e fé.....	63
4. Conclusão.....	66
5. Referências	66

3. A natureza e o fundamento da dignidade humana 69

Patrick Lee
Robert P. George

1. Introdução	69
2. O problema do status moral.....	71
3. A capacidade de satisfação ou sofrimento como critério	72
4. A diferença de espécie entre seres humanos e outros animais.....	78
5. Ter uma natureza racional, ou ser uma pessoa, é o critério para o valor moral pleno	84
6. Casos marginais.....	87
7. Referências	88

4. O estatuto normativo da dignidade humana.....93

Francesco Viola

1. Introdução: precedência da dignidade sobre os direitos	93
2. Teoria do dom e Teoria do desempenho: o risco da discriminação	95
3. Crítica à concepção de dignidade como posição em Waldron.....	100
4. Conclusão	102
5. Referências	103

PARTE II
A QUESTÃO BIOLÓGICA E ÉTICA DO
COMEÇO DA VIDA HUMANA

5. Hominização imediata a partir da perspectiva sistêmica109

Nicanor Austriaco, O.P.

1. Introdução.....	109
2. A perspectiva sistêmica	112
3. Hilemorfismo sistêmico: o organismo humano a partir da perspectiva sistêmica.....	114
4. Hominização a partir da perspectiva sistêmica.....	121
5. Respondendo a possíveis objeções de defensores da hominização tardia	123
6. Um desafio superado.....	128
7. Referências	129

6. Dignidade do embrião humano135

Angelo Serra

1. Introdução	135
2. O zigoto	136
3. Do zigoto ao blastocisto	137
4. Do blastocisto ao disco embrionário	138
5. O plano geral do corpo	139
6. As três propriedades características da epigênese	139
6.1. Coordenação	140
6.2. Continuidade	140
6.3. Graduação	141
7. O embrião vivo como um indivíduo humano real	141
8. Conclusão	142

7. Interesses do feto, pessoas fetais e bens humanos..... 143

Christopher Tollefsen

1. Introdução.....	143
2. Quatro perspectivas	145
2.1. A perspectiva do interesse	145
2.2. A perspectiva da pessoa	145
2.3. A perspectiva da identidade substancial	146
2.4. A interpretação do futuro de valor.....	146
3. A perspectiva do interesse.....	147
4. Pessoas e substâncias em uma natureza racional.....	155
4.1. O argumento prático.....	156
4.2. O argumento metafísico	158
4.3. A arbitrariedade da perspectiva da pessoa.....	160
5. Desafios e direções para o futuro.....	161
6. Referências	166

**PARTE III
A QUESTÃO BIOÉTICA DO ABORTO**

8. Aborto e ética dos cuidados de saúde..... 173

John Finnis

1. Introdução	173
2. A maioria das pessoas começa a existir na fecundação.....	173
3. Justiça, beneficência e não-maleficência para mãe e filho.....	178
4. Estupro	181
5. Triagem pré-natal e aconselhamento genético.....	181
6. Participação	182
7. Experimentação de embriões	183
8. Benevolência e autonomia.....	183
9. Referências	184

9. Dworkin sobre o aborto: objeções à luz do direito natural187

Carlos Adriano Ferraz

1. Introdução.....	187
2. Alguns problemas iniciais.....	188
3. Os argumentos de Dworkin.....	192
4. O argumento da identidade pessoal como continuidade psicológica de Michael Tooley.....	196
5. Sobre o que realmente significa a vida ter valor intrínseco: a abordagem da Nova Teoria do Direito Natural	198
6. Conclusão.....	211
7. Referências	211

10. Aborto: fundamentos biológico-filosóficos da sua (anti)juridicidade.....213

Mário da Silva Ribeiro

1. Introdução	213
2. Primeira etapa: análise da natureza humana.....	215
3. Segunda etapa: análise da origem humana	222
4. Terceira etapa: análise da personalidade humana	227
5. Quarta etapa: análise da dignidade humana	234
6. Considerações sobre a (anti)juridicidade da prática abortiva	246
6.1. Aborto voluntário.....	246
6.2. Aborto persuadido	250
6.3. Aborto terapêutico	257
7. Conclusão.....	262
8. Referências.....	264

**PARTE IV
A QUESTÃO LÓGICA E
RETÓRICA DO ABORTO**

11. Os problemas lógicos do aborto.....	277
<i>Ana Luiza Rodrigues Braga</i>	
1. Mapeamento lógico	277
2. Saída emotivista	279
3. A falácia liberal	282
4. Referências	282
12. Direito à vida, direitos humanos e retórica do aborto	285
<i>Sandro Alex de Souza Simões</i>	
1. Introdução.....	285
2. Perspectivas das estratégias de deflexão	286
3. Analisando as estratégias de retórica de deflexão	287
3.1. O aborto como problema de saúde pública	287
3.2. Aborto como mal menor: civilização e barbárie.....	291
3.3. Direitos reprodutivos e direitos humanos	293
4. Conclusão.....	296
5. Referências	297

PARTE V
A QUESTÃO JURÍDICA CIVIL DOS
DIREITOS DO NASCITURO

13. A teoria concepcionista da personalidade jurídica à luz da dignidade ontológica da pessoa humana, em referência à doutrina civilista e à jurisprudência do STJ e STF 301

Antônio Marinho de Melo Rodrigues Filho
Victor Sales Pinheiro

1. Introdução.....	301
2. Conceito de nascituro no biodireito e de personalidade jurídica no direito civil	304
3. Atribuição de personalidade jurídica ao nascituro no direito civil.....	306
4. A relação entre direito e filosofia na problemática do marco inicial da personalidade jurídica com a do marco inicial da pessoalidade e da dignidade ontológica	309
5. A jurisprudência do início da personalidade jurídica no STF e STJ	314
6. Adequação da teoria concepcionista ao ordenamento jurídico brasileiro e à bioética personalista	319
6.1. Argumentos jurídicos que respaldam a teoria concepcionista	319
6.2. Argumentos bioéticos que respaldam a teoria concepcionista.....	321
7. Conclusão.....	324
8. Referências	325

14. O direito da personalidade do nascituro à reparação civil331

Leonardo Balena Queiroz
Melissa dos Santos Costa
Victor Sales Pinheiro

1. Introdução.....	331
2. Os direitos da personalidade e sua relação com o nascituro	333
3. Reparação de danos causados ao nascituro.....	337
3.1. Responsabilidade civil	337
3.1.1. Evolução histórica.....	338
3.1.2. Funções do instituto.....	341
3.1.3. Novas tendências da responsabilidade civil.....	342

3.2. Reparação de dano destinado ao nascituro	344
3.2.1. Dano	345
3.2.2. Fundamento da reparação destinada ao nascituro.....	348
4. Análise jurisprudencial	349
4.1. Direito à não violação da vida	350
4.2. Direito à preservação da integridade física e mental.....	352
4.3. Direito à não violação da honra e imagem.....	353
5. Conclusão.....	354
6. Referências	355

PARTE VI
A QUESTÃO JURÍDICA CONSTITUCIONAL E PENAL
DA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

**15. Avaliando as razões da Primeira Turma do STF no HC 124.306 pela
descriminalização do aborto no primeiro trimestre de gravidez.....361**

Rodrigo Marinho Santos Ribeiro

1. Introdução.....	361
2. O voto do Redator, Ministro Luís Roberto Barroso.....	363
2.1. O bem jurídico em questão: a vida do feto humano	363
2.2. Os argumentos do Ministro Barroso.....	367
2.2.1. O argumento do desenvolvimento cerebral.....	368
2.2.2. O argumento da viabilidade e a gradação do valor da vida humana	370
2.2.3. O argumento das democracias desenvolvidas.....	372
2.2.4. O argumento da imposição estatal.....	373
2.2.4.1. A posição padrão	374
2.2.5. Violação de direitos das mulheres.....	374
2.2.6. A proporcionalidade entre a conduta e a resposta estatal	376
2.3. Conclusão acerca do voto do Ministro Barroso	377
3. O voto da Ministra Rosa Weber	377
3.1. A experiência comparada.....	378

3.2. Empíria	379
3.3. O direito absoluto à vida, a moralidade do aborto e a pena de morte	381
3.4. Uma nota sobre o aborto humanitário	381
3.5. Como se aborta?	383
4. A nota <i>a latere</i> do Ministro Fachin e o papel desempenhado pela religião no debate sobre o aborto	384
4.1. <i>Misericórdia et Misera</i> e o aborto	385
4.2. O papel desempenhado pela religião no debate sobre o aborto.....	386
5. Um problema final: por que três meses?	388
6. Conclusão.....	389
7. Referências	389

**16. Ativismo judicial e discricionariedade neoconstitucional:
uma reflexão sobre o voto do Ministro Barroso pela descriminalização
do aborto no *Habeas Corpus* n. 124.306/2016.....393**

Victor Sales Pinheiro

1. Introdução	393
2. A controvérsia do aborto: uma escolha religiosa ou filosófica subjetiva?.....	396
3. Estado Constitucional de Direito e judicialização da vida	399
4. A prática neoconstitucional: (ab)uso da máxima da proporcionalidade.....	402
5. A permanência da discricionariedade judicial positivista	409
6. Moralização e (des)politização do direito	413
7. Ativismo judicial e democracia contramajoritária.....	419
8. Desacordos morais razoáveis numa democracia representativa e deliberativa: o papel da discricionariedade legislativa.....	421
9. Conclusão	428
10. Referências	428

**17. O status jurídico do feto anencéfalo: debate médico-biológico,
filosófico e jurídico da ADPF 54/2012433**

*Kalline Aires de Freitas
Lucas Klautau Miléo
Klelton Mamed de Farias*

1. Introdução: o fim da proteção jurídica aos portadores de anencefalia no Brasil	433
2. Anencefalia sob a perspectiva biológica.....	434
3. O conceito de pessoa e sua abrangência ao feto anencéfalo.....	438
4. O feto anencéfalo e o ordenamento jurídico brasileiro	444
5. Conclusão.....	448
6. Referências	451

**PARTE VII
A QUESTÃO ÉTICA E JURÍDICA DA MORTE**

**18. A morte da pessoa humana entre o critério de morte encefálica
e o critério do fim da circulação sanguínea: debate bioético
a partir da Nova Teoria da Lei Natural 459**

*Ana Carolina Costa Cabeça
Victor Sales Pinheiro*

1. Introdução	459
2. O início da vida de uma pessoa humana segundo a antropologia tomista	462
2.1. O início biológico da vida humana	462
2.2. O surgimento da pessoa humana	462
3. A morte da pessoa humana e o critério da morte encefálica à luz da antropologia tomista	465
3.1. A estrutura do encéfalo e suas principais funções	465
3.2. Conceito de transplante e delimitação do tema	466
3.3. A definição de morte.....	467
3.4. A discussão filosófica a respeito da morte encefálica como critério de morte e a possibilidade de captação de órgãos para transplante.....	468

3.4.1. O fim da circulação sanguínea como critério	468
3.4.2. A morte encefálica como critério	475
4. Conclusão	480
5. Referências	482

19. Eutanásia ativa voluntária: existe um direito de morrer? 485

Carlos Ignacio Massini-Correas

1. A questão do direito de dispor de sua própria vida	485
2. Sobre Dworkin e outros argumentos a favor do direito de morrer	489
3. Recapitulação dos argumentos em favor do direito de morrer	493
4. O direito de morrer em questão: os pressupostos filosóficos.....	494
5. Os pressupostos do direito de morrer em questão	499
6. O direito de morrer e os direitos humanos	502
7. Conclusões e avaliações	506
8. Referências	507

20. Eutanásia na perspectiva de John Finnis513

Eduardo Luís Kronbauer

Elton Somensi de Oliveira

1. Introdução.....	513
2. Razoabilidade prática e terminação arbitrária da vida	515
2.1. A vida como bem humano básico.....	515
2.2. Concepção de pessoa	517
2.3. Liberdade, autonomia e dignidade	518
3. Eutanásia: critérios de definição pelos diferentes panoramas e suas consequências práticas e teóricas	520
3.1. A perspectiva utilitarista e a análise econômica.....	522
3.2. Ronald Dworkin e os argumentos retóricos	525

3.3. Eutanásia na perspectiva de John Finnis	529
3.3.1. A importância da intencionalidade.....	529
3.3.2. Perspectiva jurídica.....	532
4. Conclusão	535
5. Referências	536
Os autores.....	539
Coleção Teoria da Lei Natural.....	545